

A História presente e a História ausente nos volumes da Coleção Documentos Brasileiros (1936-1959)

Fábio Franzini*

Resumo: Desde o seu lançamento, em 1936, até pelo menos fins da década de 1950, a Coleção Documentos Brasileiros, publicada pela Livraria José Olympio Editora, foi um dos principais veículos de difusão de novas abordagens e novos discursos sobre a História do Brasil, compondo um importante e sugestivo painel de nossa historiografia na primeira metade do século XX. Há que se notar, contudo, que nem todos os olhares que então se voltavam ao passado foram contemplados pela série, o que torna tais ausências também significativas, ao menos para a investigação acerca de seus critérios de produção e dos interesses que a envolviam. O propósito desta comunicação é, então, analisar as características gerais da Coleção Documentos Brasileiros entre 1936 e 1959 para, a partir delas, mapear o campo da historiografia brasileira da época e pensar nas relações de força, tensões e ambiências implicadas nas escolhas teóricas e metodológicas associadas à sua produção.

Palavras-chave: Coleção Documentos Brasileiros; historiografia brasileira; perspectivas teórico-metodológicas.

Abstract: Since its launch in 1936 at least until end of the decade of 1950, the Coleção Documentos Brasileiros, published by Livraria José Olympio Editora, was one of the main vehicles for disseminating new approaches and new discourse on the history of Brazil, composing a important and suggestive panel of our historiography in the first half of the twentieth century. It should be noted, however, that not all eyes which then came back to the past were covered by the series, which makes such absences also significant, at least for research about its criteria of production and that the interests involved. The purpose of this communication is examine the general characteristics of the Coleção Documentos Brasileiros between 1936 and 1959 to map the field of Brazilian historiography at that time and think about the tensions involved in its theoretical and methodological choices.

Keywords: Coleção Documentos Brasileiros; Brazilian historiography; theoretical and methodological perspective.

“A história da historiografia é mais que uma simples coleção de exemplos para a história. No entanto, bem entendida, ela está sempre conectada com isso”.

Horst Walter Blanke

A citação de Horst Walter Blanke (2006:53) parece propícia para incitar uma reflexão acerca da história da historiografia brasileira. Em que pese a ampliação e o aprofundamento desse campo de estudos entre nós nos últimos anos, talvez não seja arriscado afirmar que, de modo geral, continuamos presos a uma tradição “catalográfica”, tanto no sentido de destacar autores e obras tidas por relevantes quanto no de delinear balanços ou panoramas, sejam de períodos delimitados, sejam gerais. A rigor, trata-se de algo inescapável, uma vez que a análise historiográfica refere-se, essencialmente, à “reflexão sobre os modelos e as regras que

* Doutor em História Social (USP), professor da Universidade Nove de Julho – Uninove (SP).

norteiam as práticas da pesquisa e da escritura da história, em momentos e espaços específicos ou em autores e obras tomadas em grupo ou individualmente” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2006:192).¹ O que nem sempre – quase nunca – se questiona, contudo, é a *memória* que se cristaliza em função de tais abordagens, a qual, como toda memória, *preserva*, mas também *apaga*; *consagra*, mas também *esquece*. Assim, se a história da historiografia é, ou deve ser, mais que uma simples coleção de exemplos para a história, como quer Blanke, ela deve investigar também como eles chegaram a se constituir como tal.

Isto, parece claro, implica considerar outros aspectos associados ao labor historiográfico, os quais vão além das referidas práticas de pesquisa e escrita, fugindo à dimensão intrínseca à autoria. Dentre eles, um crucial é, sem dúvida, o da edição: como lembra Robert Darnton (2005:23), autores escrevem *textos*, não *livros*; se considerarmos que é por meio dos livros que se chega aos textos, é possível afirmar ainda que as condições de recepção de uma obra estão diretamente ligadas ao seu suporte. Afinal, para citar novamente o historiador norte-americano (DARNTON, 1990:130-1), os livros não respeitam limites, sejam lingüísticos, nacionais ou interpretativos, mas pertencem a “circuitos de comunicação que funcionam segundo modelos homogêneos, por mais complexos que sejam. Exumando esses circuitos, os historiadores podem mostrar que os livros não se limitam a relatar a história: eles a fazem” – e a fazem o tempo todo, poderíamos completar.

É certo, porém, que em alguns contextos a importância das edições ganha contornos especiais, mais evidentes. Para a historiografia brasileira, o período compreendido entre as décadas de 1930 e 1950 é um desses momentos, marcado por uma intensa atividade editorial dedicada a abrigar estudos os mais variados sobre a nossa formação. Tão intensa que assumiu uma forma própria, as *coleções*, e um nome tão genérico quanto sugestivo, *brasilianas*, tomado de empréstimo da primeira delas, lançada em 1931 pela Companhia Editora Nacional.² Nesse conjunto, foi a Livraria José Olympio Editora que construiu a série mais representativa da preocupação da época com a História do Brasil, bem como das novas abordagens e novos discursos que então se produziam a seu respeito: a Coleção Documentos Brasileiros. O primeiro volume, *Raízes do Brasil*, do jovem crítico e professor Sérgio Buarque

¹ Além disso, trata-se de algo tão inescapável que não parece ser uma característica meramente “nacional”, pois o próprio Blanke, em seu texto (que aborda apenas o cenário historiográfico alemão), elenca, respectivamente, a “história dos historiadores”, a “história das obras” e os “balanços gerais” como as formas de trabalho mais comuns em história da historiografia (BLANKE, 2006: 29-30).

² Segundo Gustavo Sorá (s/d:11, nota 9), “*brasiliana* es una palabra que baliza la historia del libro en el Brasil. Indica el principio más poderoso para organizar colecciones con aquellos libros que deben ser leídos para conocer al Brasil. Denota una biblioteca metafórica del país, dode un lector foráneo, por ejemplo, pueda, de un golpe, tener toda la cultura nacional a su alcance”.

de Holanda, apareceu em fins de 1936, com um prefácio de seu diretor, Gilberto Freyre, que apresentava os propósitos do empreendimento – o principal deles, “trazer ao movimento intelectual que agita o nosso país, à ânsia de introspecção social que é um dos traços mais vivos da nova inteligência brasileira, uma variedade de material, em grande parte ainda virgem. Desde o inventário à biografia; desde o documento em estado quase bruto à interpretação sociológica em forma de ensaio” (FREYRE, 1936:V).

A essência da nova coleção revelava-se em seu comprometimento com aquilo que trazia já no próprio nome, e várias vezes repetido no texto de apresentação: o *documento*. Desencavado do passado ou produzido no presente, em “estado quase bruto” ou analisado de forma criteriosa, ele estaria na base dos trabalhos a serem publicados, como era dito praticamente a cada parágrafo. O propósito era, parece claro, a afirmação de um conhecimento *verdadeiro* sobre o Brasil, do conhecimento do Brasil *real*, fundamentado não em reconstruções ou especulações superficiais e estéreis, e sim em interpretações *comprováveis* a seu respeito. Numa palavra, tratava-se de afirmar o conhecimento *científico* sobre o Brasil, elaborado por *especialistas* que davam “vida” aos documentos para juntá-los “à história social do brasileiro” (IDEM:VII). Não era difícil, assim, perceber o quanto tal perspectiva emulava o trabalho do próprio Freyre: podia-se ouvir ali com facilidade ecos de *Casa-Grande & Senzala* e de *Sobrados e Mucambos*, a começar da atenção dedicada ao caráter histórico de memórias, biografias, livros de viagem e toda “uma variedade de material em grande parte ainda virgem”. Também a “história íntima” do Brasil, reivindicada na abertura de sua primeira obra, reaparecia na referência àqueles “que procuram conhecer o passado brasileiro na sua maior intimidade”. Ou então o acento no caráter diversificado da história e na necessidade de abordá-la com “humildade diante dos fatos”, porém sem deixar de quebrar a sua rigidez para assim “humanizá-los”, idéias essas que perpassavam todos os textos em questão, ora de modo explícito, ora implícito.

Por conseguinte, nada mais lógico que os nomes elencados, no mesmo texto de apresentação, como colaboradores da coleção tivessem também grande afinidade intelectual ou profissional com seu diretor. Tal qual Sérgio Buarque, muitos deles eram seus amigos pessoais, como Octavio Tarquínio de Sousa, Olívio Montenegro, Afonso Arinos de Melo Franco, entre outros. Alguns, inclusive, já haviam merecido menção nos trabalhos anteriores de Freyre, tanto pela ajuda e amizade quanto pela importância de seus estudos em desenvolvimento, os mesmos que agora se anunciavam para breve na Documentos Brasileiros. Dos que não eram tão próximos, havia pesquisadores notórios pelo seu domínio de temas específicos, em geral mais velhos e institucionalmente estabelecidos, como Rodolfo

Garcia e Afonso Taunay; professores-investigadores ligados às modernas ciências sociais e ao meio acadêmico, casos de Heloisa Alberto Torres e de Donald Pierson; e até mesmo um autor duramente criticado em *Casa-Grande & Senzala*, Oliveira Vianna. Finalmente, mesmo os “estrangeiros como Nash, Koch-Grünberg, Guenther, Normano, Deffontaines, Martin”, cujas obras se pretendia traduzir, podiam ser encontrados quase todos pelas páginas dos dois livros de Freyre, a ajudá-lo a fundamentar suas análises.

A arquitetura da coleção mostrava-se, portanto, uma bem planejada extensão da casa-grande intelectual construída pelo historiador-sociólogo pernambucano, algo que a sucessão dos volumes nos anos seguintes só confirmaria. No entanto, a decisão de Freyre de deixar a direção, que surpreendeu o editor José Olympio em meados de 1938, deu, involuntariamente, novos rumos ao projeto. A partir do volume 19, *Fronteiras do Brasil no Regime Colonial*, de José Carlos de Macedo Soares (1939), a Documentos Brasileiros passou a trazer a inscrição “dirigida por Octavio Tarquínio de Sousa”. Intelectual respeitado e historiador dedicado ao estudo do Primeiro Reinado, Octavio Tarquínio, tal como o autor de *Casa-Grande & Senzala*, também tinha interesse em projetar sobre a coleção as suas concepções acerca do conhecimento do Brasil, em geral, e da história, em particular, as quais passavam pela valorização da biografia como gênero historiográfico. Para ele, o biógrafo tinha a obrigação de empreender uma contextualização rigorosa, sempre fundamentada em documentos, a fim de entender o indivíduo, suas ações, suas contradições, sem sobrepô-lo a seu tempo ou consagrar-lhe características “heróicas” – algo muito distante das tradicionais narrativas laudatórias dos “grandes feitos de grandes homens”, comumente produzidas tanto por historiadores quanto por literatos, e em sintonia com autores que, em diferentes lugares, empenhavam-se pela renovação do próprio gênero.³

Assim, com sua ascensão ao comando da Documentos Brasileiros, as biografias ganharam grande peso: nos cinco anos seguintes, treze dos 29 volumes lançados seriam de caráter biográfico ou memorialístico, de *André Rebouças Através de Sua Autobiografia*, de Inácio José Veríssimo (com prefácio dele mesmo, Tarquínio), ao *Rio Branco* do crítico Álvaro Lins, passando por dois livros seus, *Diogo Antônio Feijó*, de 1942, e *José Bonifácio*, de 1945. Ao prefaciá-los, as *Minhas Recordações*, de Francisco de Paula Ferreira de Rezende (1944), o próprio Tarquínio assumia que, “tendo lido os originais, animei quanto pude a sua inclusão na ‘Documentos Brasileiros’, do editor José Olympio”, por ser “autenticamente um documento de homem, de vida, de fatos do Brasil”, em perfeita

³ Todas as referências sobre Octavio Tarquínio de Sousa aqui apresentadas baseiam-se no imprescindível trabalho de Márcia de Almeida Gonçalves (2003).

consonância com o espírito da coleção, que já reunia “nesse gênero de literatura algumas obras de incontestável significação” (SOUSA, 1944:21). E em perfeita consonância também com o interesse dos intelectuais e do público por perfis mais vivos e humanizados, o qual fundamentava, desde pelo menos fins da década de 1920, uma verdadeira “epidemia biográfica”, segundo o crítico Tristão de Athayde.

A expressão, cunhada para designar “a expressão do estado de espírito da época, um estado marcado por *uma grande tendência à realidade*”, segundo Márcia de Almeida Gonçalves, levou esta historiadora a indagar se a preponderância do gênero na coleção da José Olympio após 1939 “não teria sido resultado dos gostos e escolhas do diretor da Documentos Brasileiros, na época ele mesmo um biógrafo cujos trabalhos integraram a coleção, ou se nesse fato encontraríamos porventura as marcas de um tempo ávido por narrativas de vida” (GONÇALVES, 2003:238). Diante do exposto, uma possível resposta poderia afirmar que as opções não são excludentes, e sim *complementares*: ao que tudo indica, os interesses da época foram filtrados pelos “gostos e escolhas” de Tarquínio, forçosamente associados às propostas originais da coleção. Mas é importante notar também que a atenção às particularidades e aos fundamentos do trabalho do historiador tornava Octavio Tarquínio de Sousa uma exceção, tanto em meio à grande produção de biografias do período quanto frente ao tradicional personalismo cultivado no âmbito do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Mesmo entre os muitos títulos que ele próprio acolhia, poucos conseguiam alcançar semelhante reconhecimento, e não é casual que estes fossem, em geral, escritos por literatos sobre outros literatos, como *A Vida de Lima Barreto*, de Francisco de Assis Barbosa, ou a reedição do *Machado de Assis* de Lúcia Miguel-Pereira; independentemente do tratamento que davam ao passado, livros assim eram tidos *a priori* como pertencentes a um ramo “específico”, portanto diferente, da história: a história *da literatura*,⁴ vertente também bastante contemplada pela coleção, da reedição de clássicos como as *História da Literatura Brasileira* de Sílvio Romero e de José Veríssimo à produção dos novos, como Pedro Calmon, Luís da Câmara Cascudo e, mais uma vez, Lúcia Miguel-Pereira.

⁴ Obviamente, a história *da literatura* (como de qualquer outra coisa) é, antes de tudo, *história*. No entanto, a relação entre ambos os campos foi historicamente percebida no sentido inverso: como lembra Fernando Novais, “o historiador procura reconstituir a realidade, por isso a história como discurso [isto é, como narrativa do acontecer humano] é uma utopia. É a idéia de que só é possível recriar o mundo no texto – o que, evidentemente, talvez só seja possível na arte, ainda que de modo muito específico. Por isso que a história, até o começo do século XX, é parte da literatura. Se se tomar as histórias da literatura até a *Belle Époque*, todas têm capítulos referentes à historiografia. Os períodos são marcados por estilos, e dentro de cada estilo estuda-se ‘poesia’, ‘romance’, ‘teatro’ (antigamente ‘oratória’), e ‘história’. A partir do século XX sai a ‘história’. Por que ela foi excluída? Porque os historiadores começaram a dizer que eram ‘cientistas’. [...]” (NOVAIS, 2002:181).

Mas nem só de uma “nova” história, de inspiração freyreana, e do biográfico viveu a Documentos Brasileiros. Uma história dita “das idéias”, por exemplo, também desponta aqui e ali na coleção, reivindicada em momentos distintos por alguns autores sem qualquer articulação entre si. O primeiro a trilhar esse caminho foi Afonso Arinos de Melo Franco, com *O Índio Brasileiro e a Revolução Francesa*, publicado logo no início da série, em 1937. Vinte anos depois, a expressão “história das idéias” voltaria a aparecer, desta vez já no título do livro de João Cruz Costa, *Contribuição à História das Idéias no Brasil*, cujo complemento, “O desenvolvimento da filosofia no Brasil e a evolução histórica nacional”, delineava melhor o seu conteúdo. No ano seguinte, o volume *A Democracia Coroada*, de João Camilo de Oliveira Torres, aparecia com a pretensão de, “dentro dos métodos e intenções da disciplina que se intitula a ‘história das idéias’, analisar os diferentes sistemas ideológicos que exerceram influência no Brasil, seja em seu desenvolvimento político, como no caso presente, seja na formação espiritual, seja ainda na vida religiosa ou social” (OLIVEIRA TORRES, 1958:15).

O longo hiato temporal a separar tais estudos, bem como as discrepâncias entre suas perspectivas analíticas, indicam bem como aqui no Brasil a então nascente “história das idéias” encontrava um eco fugidio e ambíguo como sua própria identidade, formulada de diferentes maneiras em diferentes tradições historiográficas, da *Geistesgeschichte* alemã à *history of ideas* de Arthur Lovejoy. Antes de representar uma tendência bem delineada da nova historiografia brasileira, ela funcionava muito mais como um rótulo para classificar trabalhos de temática pouco usual, que talvez não se encaixassem bem nos compartimentos estabelecidos por nossa própria tradição. Ambos os fatores faziam com que tais autores reivindicassem novos olhares para novas facetas do passado brasileiro, em sintonia com o movimento maior da historiografia ocidental, é certo, todavia ainda marcados, em maior ou menor grau, por uma forma historicista, ou historicizante, de abordar idéias e autores (cf. FALCON, 1997:110-1; 122-5).

Curioso é que, enquanto tal frágil “história das idéias” encontrava abrigo nos volumes da Documentos Brasileiros, uma outra novidade, esta mais abrangente e muito melhor definida, seria ignorada pela coleção: o marxismo. *Deliberadamente* ignorada, talvez seja possível dizer, já que desde o início da década de 1930 nossos circuitos intelectuais mostravam-se atentos à emergência da interpretação materialista da história do Brasil, como demonstrava a intensa difusão de obras marxistas, clássicas e contemporâneas, em geral realizada por pequenas editoras e com sucesso comercial considerável, segundo Edgard Carone (2004:63). Nada disso, contudo, tornaria a Documentos Brasileiros sensível a autores

comprometidos com a interpretação materialista da história e da realidade, algo que decerto não deve ser creditado a um possível conservadorismo, muito menos reacionarismo, do editor. De postura liberal, José Olympio era um dos principais fomentadores do novo e crítico romance social que surgia à época no país, e ainda daria guarida profissional a autores assumidamente de esquerda perseguidos pela ditadura do Estado Novo, como Graciliano Ramos e Jorge Amado. Ademais, a crescente tensão política entre 1935 e 1937 e, depois, a institucionalização da censura fizeram-no sofrer bastante com a violência contra a livre manifestação da cultura e do pensamento, que retaliava tanto os romances tidos por “comunistas” que publicava quanto as suas edições de livros integralistas, os quais defendiam “o tipo errado de fascismo” (HALLEWELL, 2004:455).

Como hipótese, talvez seja possível atribuir tal ausência ao perfil de seus respectivos diretores. No caso de Gilberto Freyre, sua reticência ao materialismo histórico-dialético se explicitara já às páginas iniciais de *Casa-Grande & Senzala*, onde, apesar de não ser negado de todo, fora caracterizado como “tantas vezes exagerado nas suas generalizações – principalmente em trabalhos de sectários e fanáticos” (FREYRE, 1936:XI). Já com relação a Octavio Tarquínio, sua predileção pelo biográfico necessariamente implicava algumas diferenças ante a interpretação materialista da história. Estas, no entanto, não o colocavam em franca oposição ao marxismo, até porque seu propósito era sempre, como já foi notado, o de entender o homem em si mesmo e em relação com seu meio e seu momento; como constatou Márcia de Almeida Gonçalves (2003:290) ao analisar a introdução à *História dos Fundadores do Império do Brasil*, em que o próprio Marx é discutido por Tarquínio, para ele “a luta de classes não implicava a negação da interferência de grandes personalidades, dotadas de qualidades morais e intelectuais, no desenvolvimento das sociedades”. Mesmo assim, a tolerância muito maior que a de Freyre não foi suficiente para abrir a coleção à esquerda.

Em contrapartida, uma historiografia mais tradicional fazia-se muito presente entre seus volumes – e “tradicional”, aqui, nada tem de pejorativo, antes refere-se à permanência e predominância de certos traços característicos da produção historiográfica oitocentista, como o foco em personagens e acontecimentos políticos e a sobreposição aparentemente acrítica de nomes, fatos e datas. Além e a despeito disso, mesmo nelas aparecem mudanças consideráveis em relação à forma pela qual se recupera o passado, bem nítidas em alguns casos, quase imperceptíveis em outros. Tomadas em conjunto, tais abordagens espelhariam, como há tempos escreveu José Roberto do Amaral Lapa (1976:74), a continuidade da história *événementielle*, mas agora preocupada e atenta ao revisionismo do passado estabelecido, algo que a levava mesmo a se abrir a novas questões e a novos temas de nossa história. Neste caso

inserem-se títulos como *História da Casa da Torre*, de Pedro Calmon (1939), *A Grande Vida de Fernão Dias Paes*, de Afonso d'Escragonle Taunay (1955), *Ensaio sobre a História Política e Administrativa do Brasil (1500-1810)*, de Rodolfo Garcia (1956). Neles se expressa o alto grau de especialização de historiadores já *profissionais*, que, inseridos em instituições de ensino e pesquisa, não apenas faziam do estudo, do ensino e da divulgação do passado o seu trabalho como ainda eram publicamente reconhecidos por ele. Suas obras, nesse sentido, eram coesas e articuladas, com uma linha teórico-metodológica bem definida e cumprida à risca, apoiando-se em rigorosa pesquisa e farta documentação, como ensinara o mestre de todos os três, Capistrano de Abreu. Só isso já implicava necessariamente novos enfoques sobre a história pátria, fazendo com que os temas e as abordagens pudessem ser “tradicionais” à primeira vista, mas, pelas aberturas neles encontradas, bem como pelas sugestões que deixavam, incitassem a historiografia brasileira à renovação.

Este rápido e sintético painel indica, portanto, o quão complexo era o conjunto da Coleção Documentos Brasileiros entre as décadas de 1930 e 1950, o que equivale a dizer o quão complexo era o cenário da historiografia brasileira à época. Época que, como se sabe, é reconhecida como um momento de transformações decisivas no sentido de sua modernização, muito embora elas sejam comumente reduzidas ao trabalho de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Junior. Atentar a tal complexidade pode ser a chave para evitar tais reducionismos e, por extensão, evitar que a história da historiografia brasileira seja apenas uma simples coleção de exemplos – por mais importantes que eles sejam.

Bibliografia

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. 2006. O historiador *naïf* ou a análise historiográfica como prática de excomunhão. In: GUIMARÃES, M. L. S. (org.). *Estudos Sobre a Escrita da História*. Rio de Janeiro: 7Letras. p. 192-215.

BLANKE, H. W. 2006. Para uma nova história da historiografia. In: MALERBA, J. (org.). *A História Escrita*. São Paulo: Contexto. p. 27-64.

CARONE, E. 2004. *Leituras Marxistas e Outros Estudos*. São Paulo: Xamã.

CUNHA, P. R. 2002. *Um Olhar à Esquerda. A Utopia Tenentista na Construção do Pensamento Marxista de Nelson Werneck Sodré*. Rio de Janeiro: Revan; São Paulo: Fapesp.

DARNTON, R. 2005. “Discourse and diffusion”. *Contributions to the History of Concepts*. Number 1, v. 1, March, p. 21-27.

DARNTON, R. 1990. *O Beijo de Lamourette*. São Paulo: Companhia das Letras.

FALCON, F. 1997. História das Idéias. In: CARDOSO, C. F. e VAINFAS, R. (orgs.). *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus. p. 91-125.

- GONÇALVES, M. A. 2003. *Em Terreno Movediço. Biografia e História na Obra de Octavio Tarquínio de Sousa*. Tese (Doutorado em História Social). São Paulo, FFLCH-USP.
- HALLEWELL, L. 2004. *O Livro no Brasil – Sua História*. 2. ed. São Paulo: Edusp.
- HOLANDA, S. B. 1951. Uma biografia. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 19 de agosto.
- LAPA, J. R. A. 1976. *A História em Questão*. Petrópolis: Vozes.
- NOVAIS, F. A. 2002. Influências e invenção na sociologia brasileira (comentário crítico). In: MICELI, S. (org.). *O Que Ler na Ciência Social Brasileira: 1970-2002*. Volume IV. São Paulo: ANPOCS/Editora Sumaré; Brasília: CAPES.
- OLIVEIRA TORRES, J. C. *A Democracia Coroada*. 1958. Rio de Janeiro: José Olympio.
- SORÁ, G. s/d. “La Casa y la Empresa. José Olympio y la edición brasileña en dos tiempos”, *mimeo*.
- SOUSA, O. T. 1944. Prefácio. In: REZENDE, F. P. F. *Minhas Recordações*. Rio de Janeiro: José Olympio.